

Irving, Andrew. *The art of life and death: radical aesthetics and ethnographic practice*. Chicago: HAU, 2017.

Ana Paula Luna Sales
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Nos dias em que lia os capítulos finais de *The art of life and death: radical aesthetics and ethnographic practice* (“A arte da vida e da morte: estética radical e prática etnográfica”¹), minha cachorra, Pequena, viveu sua última crise e pacificamente encontrou sua morte. Durante a maior parte de sua vida, Pequena sofrera de uma doença crônica que comprometia o sistema imunológico e tornava seu corpo radicalmente instável. Algo próximo à descrição que Andrew Irving faz da vida com HIV/AIDS de seus interlocutores.

O livro de Irving não relata a morte dos sujeitos com os quais fora realizada a pesquisa, mas sim a de muitos que estavam ao seu redor. São descritos vários pontos de vista sobre a morte a partir dos sobreviventes. O caso de Harriet, artista que vivia em Kampala (Uganda) sem acesso aos antirretrovirais, morta aos 23 anos, é eloquente por seu contraste. Os demais interlocutores de Irving, homens e mulheres vivendo em Nova York (EUA), tiveram a sentença de morte de testar positivo para o vírus no início da epidemia suspensa pelos medicamentos.

A pesquisa etnográfica é guiada pelo questionamento dos saberes que emergem da consciência corporal de uma morte que, ainda que suspensa, nunca desaparece. Os sentidos da vida face ao conhecimento da morte, da dor e dos limites do corpo é o objeto da pesquisa de Irving. Um objeto que foi, até pouco, limitado a filósofos e artistas. Seu caráter interior e inefável, avesso às evidências, impulsiona Irving à experimentação etnográfica para uma abordagem científica do tema.

A etnografia é situada, então, no limiar entre vida e morte, fluxos de pensamento e linguagem, sofrimento e redenção. A redenção de Irving, inspirada por Friedrich Nietzsche ([1883]2018), é existencial e repousa na possibilidade de reabitar corpos e territórios

tornados radicalmente outros. Como uma trégua, esta redenção provisória permite que novas vidas e mundos sejam criados pelos que a experimentam.

Para Irving, o estranhamento radical consigo e com o mundo faz esse limite pertinente à antropologia. A construção dessas experiências como impossíveis de descrever colocam, porém, um problema metodológico para a análise. Emerge daí a questão da estética como forma de articular esse conhecimento em diferentes linguagens.

Monólogos, diálogos, escritos literários e etnográficos, fotografias artísticas e documentais, pinturas e filmes, são parte das evidências analisadas por Andrew. Grande parte desse material foi produzida por interlocutores da pesquisa, mas há também obra de outros artistas e, é claro, a do autor. Sua sobreposição visa criar pontes de empatia que permitam comunicar o incomunicável estetizando a experiência de estranhamento radical da vida.

O contato com este livro me ajudou reconhecer na vida de Pequena a consciência da morte. Há um ano, quando escrevia a tese de doutorado, intrigava-me seu hábito de tentar adivinhar o cômodo da casa em que ficaríamos em seguida, postando-se na soleira das portas. A consciência corporal da morte impulsionava Pequena à comprimir cada segundo “perdido” e a animava a viver toda a sua vida num momento. Comunicando algo próximo a essa forma de estar no mundo, Irving conclui em seu livro que é impossível produzir etnografias ou histórias de vida sem levar em conta as vidas com as quais se sonha, além daquelas que efetivamente se leva (p. 218).

The art of life and death articula este argumento através de seis capítulos, além de introdução e conclusão, todos pontuados por um grande número de imagens. Ao fazer esta resenha, muitas vezes recorri à lista de imagens como um índice remissivo alternativo, algo que testemunha em favor da potência estética na perspectiva de Irving.

Na introdução, ao contextualizar o debate do livro, o autor propõe que a morte pode ter diferentes significados, e que estes seriam necessariamente pessoais. Deste modo, a morte não poderia ser reduzida a uma “presença destrutiva”; seria preciso levar em conta também sua força criativa. A consciência corporal da morte (mas não só ela) importaria por chamar atenção para o aspecto extraordinário e contingente da vida. Ética é definida, então, como articulação entre a precariedade das possibilidades de ação e a multiplicidade das formas de sonhar.

O primeiro capítulo, *Thrown out of the world: a city of flesh and stone* (“Jogada para fora do mundo: uma cidade de carne e pedra”), cruza o plano urbanístico de uma cidade imaginada como lugar de realização dos sonhos com as formas de habitá-la em suas margens. No traçado das ruas, no formato dos prédios e nos meios de locomoção, camadas

de vidas possíveis se acumulam. As pessoas que circulam pela cidade se relacionam com esse mosaico urbano de formas diversas e, muitas vezes, silenciosas, através de seus diálogos interiores.

O relacionamento com diferentes marcas deixadas na cidade por pessoas, produtos e ideias que há muito desapareceram é acionado tanto para significar a finitude de tudo que um dia foi, quanto a “reabertura do espaço e do tempo” (p. 66) que os antirretrovirais proporcionaram às pessoas vivendo com HIV/AIDS em Nova York.

Detours and puzzles in the land of the living: toward an imperiled anthropology (“Desvios e desorientações no mundo dos vivos: por uma antropologia em perigo”), o segundo capítulo, expõe os perigos de uma antropologia que se interessa pelos diálogos interiores dos sujeitos de pesquisa. Irving faz referências ao pensamento de artistas, antropólogas/os e filósofas/os de modo a tentar construir uma metodologia que ele reconhece ser fadada ao fracasso. Mesmo no erro intrínseco, a proposta impressiona.

O objetivo da etnografia seria analisar a intersecção entre interior e exterior implicada mesmo nos pensamentos mais íntimos de alguém que “confronta a incerteza radical de sua própria existência num espaço público” (p. 79). A aposta na socialidade dos diálogos interiores é reforçada pela ausência de referências psicanalíticas diante de um material empírico que lembra muito o discurso em “fluxo de consciência”.

Retraçando os passos de um de seus interlocutores até a clínica na qual ele recebera, muitos anos antes, o resultado positivo para a presença do vírus em seu sangue, Irving enfatiza como o conhecimento é produzido na transição contínua entre perspectivas de primeira, segunda e terceira pessoa. A riqueza do material apresentado nesse experimento é confrontada por seu caráter sobretudo visual e tátil. Seria essa ênfase uma produção do encontro etnográfico na representação do interior dos sujeitos?

Irving questiona de forma instigante as bases epistemológicas e metodológicas que sustentam a antropologia ao propor conhecer os diálogos interiores dos sujeitos. Contudo, é preciso notar também o quanto essa “intromissão” pode ser percebida como ameaça ao “último” refúgio de produção subjetiva.

Esta questão é abordada através da diferenciação analítica entre fronteiras e limites. Enquanto as fronteiras poderiam ser transpostas, vistas através e pensadas entre, sem deixar de existir, os limites seriam absolutos em sua negação do outro. Reconhecer as fronteiras entre os sujeitos liberaria, então, a potência do “mimetismo corporal” e permitiria construir, através da empatia, uma compreensão parcial da experiência do outro (p. 101).

O terceiro capítulo, *To live that life* (“Viver essa vida”), aborda a possibilidade

“mutualidade do mundo” construída através das diferenças e levando em consideração o problema da linguagem. Aqui Irving faz um trabalho verdadeiramente interdisciplinar, no qual os mais recentes avanços em ciências sociais e biológicas são articulados para gerar um conhecimento da pessoa fora da dicotomia entre natureza e cultura.

A vida com a doença e iminência da morte limita a capacidade expressiva da linguagem para estetizar os estados interiores, criando um contexto para a “emergência de fronteiras intersubjetivas entre as pessoas” (p. 112). A expressividade do amarelo, ou simplesmente olhar para o céu, aparece em diferentes situações empíricas como significante do fim. Irving propõe que, nessa transversalidade, “ao invés de um terreno comum de significado, temos que reconhecer a diversidade experiencial e biográfica das pessoas e suas construções idiossincráticas e corporais do mundo” (p. 130).

Rethinking anthropology from a pragmatic point of view (“Repensando a antropologia a partir de um ponto de vista pragmático”), o quarto capítulo, recupera o debate de Immanuel Kant sobre antropologia, considerando a possibilidade de conhecimento sobre “interior” e “exterior” das pessoas. Irving tenta uma resposta a partir de um experimento etnográfico no qual ele pede a um de seus interlocutores para caminhar por seu bairro, narrando para um gravador seus pensamentos, enquanto é interpelado por outra pessoa, também interlocutora de Irving, mas desconhecida da primeira. O antropólogo acompanha a dupla intervindo o mínimo possível.

Irving reconhece que as emoções só podem ser expressas em uma forma linear de fala e linguagem, deixando de fora muitos elementos da experiência vivida, contudo, por mais parciais que sejam as possibilidades da linguagem, uma narrativa da própria existência proporcionaria um senso de coabitação e partilha de espaço comum (p. 149). Espaços comuns, como o bairro pelo qual o trio circula, que podem ser sempre “refeitos e retrabalhados através de palavras e movimento” (p. 151).

Parte do que move Irving em direção à experimentação vem do desejo que seus interlocutores se reconheçam no texto. Isto é, que o texto etnográfico seja mais um lugar passível de ser habitado por esses sujeitos, no qual seu saber se encontra com outros, guardando algo do que é da experiência e produzindo conhecimento sobre como “viver uma vida conhecendo a morte” (p. 156).

Em *A disintegration of the senses* (“Uma desintegração dos sentidos”), o capítulo 5, Irving discute como perturbações nas capacidades corporais podem trazer à tona novas formas imaginativas, estéticas e produtivas (p. 161). A partir da irrupção de uma situação que põe em evidência o corpo e seus limites, são acionadas teorias biológicas e filosóficas para argumentar que, no encontro entre corpo e mundo, nenhum dos elementos são

estáveis; na articulação entre ação e movimento, os sentidos muitas vezes são dissonantes.

Neste capítulo estão as páginas mais poderosas do livro, nas quais a arte da morte se transforma em outras possibilidades de vida. É também aqui que a potência da escrita interdisciplinar de Irving encontra seu auge, construindo um diálogo intrigante e produtivo entre etnografia e outras formas de fazer ciência.

No capítulo seis, *The eternal return* (“O eterno retorno”), Irving faz referência à possibilidade conceitual de que cada momento seja revivido eternamente para abordar o modo como os sujeitos reelaboram suas vidas diante do conhecimento da morte. Em metalinguagem, situam-se as imagens fotográficas, pictográficas e narrativas da embalagem de peixe enlatado que servia como moeda num contexto prisional nos EUA. A partir da experiência na prisão de um de seus interlocutores, e depois da sua própria, Irving nota, que o “encarceramento é apenas uma maneira de tentar restringir e controlar o movimento dos corpos, classificar as pessoas e designar seu valor moral e econômico” (p. 209).

O livro chega ao fim com *You only live twice* (“Só se vive duas vezes”), fazendo referência às vidas vividas e sonhadas que são objeto da etnografia. Buscando superar a dicotomia entre o que ocorre conosco e o que fazemos com o mundo, Irving escreve sobre a “grande diversidade de ações corporificadas através das quais seres mortais vivem dentro de condições de consistência e contingência” (p. 219).

Neste parágrafo, um lampejo apontou para a ideia de pensar a vida em antropologia fora dos termos do humano. Pensei que, como em Nietzsche, o homem aqui também teria que ser superado ([1883]2018: 190). Logo em seguida, porém, Irving retorna aos velhos conhecidos conceitos de “vida humana”, “raça humana” e “humanidade como espécie”.

Este conceito de humano, utilizado na filosofia, costuma se referir aos “membros de uma espécie biológica particular, *Homo sapiens*” (DIAMOND 1988: 263). Por essa definição secular de humano, não é possível perceber como o tema da ética pode ser delimitado à humanidade, fora da relação com tudo mais que vive.

Saba Mahmood, na reunião da *American Anthropological Association* de 2017, três meses antes de sua morte, chamava atenção para os limites do humano.

O poder do humano é achatado diante da morte. A morte marca o final do sentido, pode-se dizer, da própria representação e, conseqüentemente, torna-se incompreensível na moldura imanente da tradição humanista, ou algo a ser evitado a todo custo e até o último momento possível. (2018, p. 2).

Mahmood nota que, apesar da celebração da vida e do florescimento humano, as sociedades modernas toleram com facilidade a morte catastrófica em massa. Diante da morte, ela olha para o mundo, cética, e convida a pensar “quais são os significados emergentes que a morte está adquirindo no contexto de catástrofes em massa que nos cerca” (p. 3). A ideia de “humano” me parece falhar porque não permite que as vidas se encontrem, nem mesmo diante da morte.

Escrever a tese, ler este livro e viver com Pequena me apontaram para a arbitrariedade das dicotomias que traçamos para delimitar a vida que deve ser preservada e a que pode ser descartada. O problema não reside somente na expansão dos limites do que é descartável, mas também na epistemologia que permite que o traçado deste limite nos faça esquecer da ética em relação aos outros viventes.

Referências

- DIAMOND, C. 1998. *Losing your concepts*. Ethics, p. 255-277.
- MAHMOOD, S. 2018. *Humanism: in memoriam*. HAU, v. 8, n. 1/2, p. 1-5.
- NIETZSCHE, F. [1883] 2018. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução de tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso.

Recebido em 19 de setembro de 2019.

Aceito em 23 de agosto de 2020.